

Golpes em África: desfrancização e redemocratização no Sahel

NANDO PAULO SUMA
POLICARPO GOMES CAOMIQUE

Resumo: Este artigo se debruça sobre os recentes golpes de Estado na região do Sahel, utilizando dados e a literatura disponível, mapeamos e explicamos os contextos de suas ocorrências. Propomos transcender a interpretação dominante dos golpes de Estado, avaliando a possibilidade de eles constituírem um movimento em direção à desfrancização face à ingerência da França e à redemocratização, cerceando a personificação institucional do poder.

Palavras-chaves: Golpes de Estado. Desfrancização. Redemocratização. Sahel.



Coups in Africa: de-Francization and redemocratization in the Sahel

Abstract: This article addresses recent coups d'état in the Sahel region, using data and available literature to map and explain their contexts. It aims to transcend the dominant interpretation, evaluating whether they constitute a movement towards decolonization in response to French interference and redemocratization to curb institutional personification of power.

Keywords: Coups d'état. Defranchization. Redemocratization. Sahel.

NANDO PAULO SUMA

Mestre em Ciência Política (UFPE),
doutorando em Ciência Política na
Universidade estadual de
Campinas (Unicamp).
E-mail: nandopaulosuma@gmail.com

POLICARPO GOMES CAOMIQUE

Mestre em Estudos étnicos e africanos –
Universidade federal da Bahia (UFBA).
E-mail: gomespolistar@gmail.com

DATA DE ENVIO: 01/12/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 10/07/2024

1 Introdução

Desde a declaração de suas independências, a maioria dos países da região subsaariana do continente africano, especialmente os da região do Sahel, têm enfrentado casos recorrentes de golpes de Estado perpetrados por militares, sob uma variedade de pretextos, incluindo a necessidade de preservação da paz civil, boa governança e combate à ingerência estrangeira nos assuntos internos.

O Sahel é uma região semiárida que se estende do Senegal ao Sudão, formando uma zona de transição entre o Sahara árido e as savanas úmidas. Compreende o norte do Senegal, sul da Mauritânia, a grande curva do rio Níger no Mali, Burkina Faso, sul do Níger, nordeste da Nigéria, centro sul do Chade e o Sudão (BRITANNICA, 2024).

Nos últimos anos, a maior parte dos regimes militares que ascenderam ao poder por meio de golpes de Estado nas antigas colônias francesas¹ em África justificaram suas ações invocando o combate ao neocolonialismo francês, a incapacidade do regime deposto de combater o terrorismo, a corrupção e a personificação das instituições do Estado. Essas alegações, principalmente a do neocolonialismo francês, têm sido bem recebidas pela população, que não apenas apoia os golpistas, mas também critica abertamente o Estado francês, ao mesmo tempo em que demonstra simpatia em relação à Rússia. Deste modo, analisamos as alegações dos golpistas e as razões que justificam a tendência anti-neocolonial desses golpes e uma pretensa aproximação à Rússia.

Neste artigo, realizamos um estudo envolvendo vários casos na região do Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger) e em outros dois estados africanos (Gabão e Guiné-Bissau) como um esforço para ampliar as abordagens e perspectivas de análise dos golpes de Estado em África. Empreendemos um exercício analítico e interpretativo minucioso dos recentes golpes de Estado, destacando semelhanças históricas, políticas e socioculturais que eles

1 As antigas colônias da França em África incluem países como Gabão, Chade, República Centro-Africana, Senegal, Guiné, Mali, Burkina, Togo, Costa de Marfim, Níger e Benin.

apresentam. Defendemos que a compreensão da reemergência de golpes de Estado em África requer uma abordagem holística e matizada através de um exercício analítico que considera a diversidade de interesses, atores e objetos em disputa, por isso, as circunstâncias e peculiaridades que tais acontecimentos apresentam são criticamente exploradas.

Começamos por analisar os acontecimentos golpistas e as suas implicações no processo de democratização em Burkina Faso, Níger, Mali, Guiné-Bissau e Gabão, especificamente. Debruçamos sobre o caráter anticolonial dos golpes recentes e os desafios para restauração da estabilidade política e redemocratização nestes países, bem como o perigo iminente de estabelecimento de regimes autoritários pelos militares golpistas. Na segunda seção, abordamos o que chamamos de segunda onda de descolonização (desfrancização) dos Estados africanos, discorrendo também sobre o conceito, as concepções e o mapeamento dos golpes de Estado. Na terceira seção, tratamos das diferentes dimensões interpretativas e as formas como um determinado golpe de Estado pode ser concebido, considerando a conjuntura de cada momento (atores políticos e a sociedade civil) e concluímos enfatizando nossos argumentos.

2 Golpes de Estado e os desafios para redemocratização

A transição para a democracia, seu avanço e consolidação ainda têm sido um grande desafio para a maioria dos países oriundos da terceira onda de democratização (Huntington, 1991), na Ásia, no Leste da Europa, na América do Sul e, particularmente, no continente Africano. A vasta literatura sobre transição democrática identifica diversos fatores críticos que contribuem para essa dificuldade, entre eles: o legado colonial antidemocrático nos países africanos (KPUNDEH, 1992; MANDANI, 1996), baixo desenvolvimento econômico (LIPSET, 1959; PRZEWORSKI, 2004), desigualdade econômica (DIAMOND, 2002), diversidade étnica e política identitária (BAYART, 2005; CHABAL E DALOZ, 1999); neopatrimonialismo (BAYART, 1993; HAGMANN, 2010; VAN DE WALLE, 2001), legado autoritário dos líderes e militarização do poder

(AKE, 2000; MENTAH, 2007), conturbado processo de formação de Estados-nações (ELAIGWU; MAZRUI, 2010) política eleitoral duvidosa e excludente (BLECK, 2018).

O processo de democratização em muitos países africanos foi, na visão de Walama (2004) e Ki-Zerbo (2010), desencadeado por um movimento exógeno que não respeitou as estruturas de poder tradicionais vigentes. O sistema político democrático, iniciado de fora para dentro e sem preparação prévia, não se alinhou adequadamente às configurações do poder e suas manifestações nos países africanos.

Francis Askins (1996) identifica vários entraves para consolidação da democracia no continente entre eles os de ordem interna: inadequação do modelo de democracia: a questão da representatividade, limitações dos meios (especialmente dos recursos organizacionais e ideológicos dos partidos da oposição), educação cívica limitada, ausência de uma sociedade civil forte, fraquezas dos meios de comunicação de massas, exacerbação das contradições internas e ressurgimento de conflitos armados, (AKINDÉS, 1996 apud CARDOSO; MACAMO; PESTANA, 2002). Askins (1996) ressalta ainda o espírito comunitário secular nas sociedades africanas que consideram a implementação da democracia como algo contrário a isso e que vai gerar divisões e individualismos típicos de sociedades ocidentais que terá consequências perniciosas para estas sociedades multiétnicas.

O modelo democrático importado do Ocidente é, de acordo com Nobrega (2008), muito incongruente com as realidades sociais e culturais de muitos países africanos. Segundo Nobrega, o problema não reside na realidade dos países africanos, mas nas conjecturas democráticas que não se adaptam a essa realidade social complexa. Sobre esse assunto, WALAMA (2004) salienta que o multipartidarismo é considerado, por muitos africanos, ameaçador para uma realidade diversificada e capaz de fomentar o tribalismo. Esse temor justificou o apoio aos antigos sistemas de partido único, vistos como capazes de proporcionar unidade nacional entre diferentes grupos étnicos como ocorreu durante a luta armada contra o colonialismo, mobilizando diversos grupos étnicos para um objetivo comum: expulsar os invasores e conquistar a soberania nacional.

Olukoshi (1998), Ake (2000) e Ki-Zerbo (2010) criticam a ênfase, quase determinante, que se coloca na variável desenvolvimento econômico para a estabilidade democrática no continente africano. RUSTOW (1970) já havia constatado que não existe relação de causalidade entre as duas coisas, pois, há países africanos com alto crescimento econômico, mas que continuam retrocedendo ou estagnados em termos de democratização, vide o caso de Guiné Equatorial, Ruanda, Uganda, Etiópia, Angola, Nigéria e Egito.

Tabela 1 – Contraste entre 5 melhores economias e democracias africanas

Melhores economias africanas	Melhores democracias africanas
1. Ruanda	1. Ilhas Maurícia
2. Costa de Marfim	2. Botswana
3. Benin	3. Cape Verde
4. Uganda	4. Namíbia
5. Tanzânia	5. Gana
6. Quênia	6. Senegal

Fonte: Business Insider Africa, 2023. Autor: Elaboração própria.

Larry Diamond (2008) avaliou o progresso e a ameaça democrática concernente ao embate entre aquilo que chamou de *rule of law versus the big man*, em que analisou a forma como vários líderes africanos se colocam em constante confronto com instituições de controle/contramajoritário (judiciário) impedindo o funcionamento normal de Estado de direito.

Grande parte desses presidentes e chefes de governo se perpetua no poder por décadas utilizando mecanismos como a alteração da constituição, prolongamento dos termos de mandato, cooptação do poder judiciário e legislativo, revertendo a ordem vigente e ameaçando o progresso em direção à democracia e aos avanços alcançados desde a abertura democrática.

Carothers (2002), assim como Diamond (1997), ressaltam que muitas democracias no continente ainda se encontram em uma situação de zona cinzenta, classificadas como semi-democracias, democracias de fachada ou pseudodemocracias. Democracias que apenas se limitam aos critérios minimalistas, também conhecidos como procedimentais, em que eleições nem sempre são regulares,

livres e justas. Sob estas circunstâncias, para estes autores, criam-se cenários de democracias sem democratas e eleições sem democracia substantiva.

Tabela 2 – Presidentes africanos que governaram por mais de 20 anos

País	Presidente	Anos no poder
Gabão	Família Bongo	54
Togo	Família Gnassingbé	54
Guiné Equatorial	Teodoro Obiang Mbasogo	42
Camarões	Paul Biya	39
Zimbabwe	Robert Mugabe	37
Eswatini	King Mswati III	36
Uganda	Yoweri Museveni	36
Chad	Idriss Déby	30
Eritreia	Isaias Afwerki	29
República do Congo	Denis Sassou-Nguessoc	25
Djibouti	Ismail O. Guelleh	23
Marrocos	King Mohammed VI	23
Ruanda	Paul Kagame	22

Fonte: Akinola; Makombe, 2024. Autor: Adaptado de Akinola; Makombe.

Os surveys e dados de organismos internacionais, como V-DEM, Freedom House, Afrobarometer, e pesquisadores como DIAMOND (2010) e CHESSEMAN (2015), indicam que os cidadãos africanos valorizam e demandam cada vez mais a democracia substantiva.² No entanto, a elite política e os partidos frequentemente não têm correspondido a essas aspirações dos cidadãos. A sociedade civil tem emergido como um ator crucial, pressionando pela liberalização e democratização em vários países do continente. Ademais, o papel das redes sociais e da juventude é cada vez mais significativo na exigência por maior *accountability* e *rule of law* por parte dos governantes.

2 Uma democracia que visa alcançar maior liberdade para cidadãos em todos âmbitos da vida, menor desigualdade socioeconômica possível, melhoria das condições de vida dos cidadãos, maior participação, inclusão e representação dos grupos minoritários, bom funcionamento das Instituições políticas, principalmente as de controle (PRZEWORSKI, 2024).

Médard (1998) e Diamond (2008) ressaltam a questão do neopatrimonialismo, caracterizado pela combinação entre o aparato burocrático do Estado moderno, formalmente constituído, e aspectos informais de personalização do poder e não responsabilização dos governantes. Neste sistema, os governantes estabelecem uma relação clientelista com líderes de outras instâncias de poder, como judiciário, legislativo e a imprensa, resultando na subordinação desses setores ao chefe do executivo controlador. Este fenómeno é conhecido na literatura recente como *incumbent takeovers*, (TOLSTRUP; BATURO, 2021).

As questões mencionadas constituem grandes entraves para avanço da democracia em África, adicionada à não separação entre a esfera pública republicana e afazeres pessoais, (DALOZ, 1999). Sob estas circunstâncias, DIAMOND (1997) adverte que a única forma de progresso para democracia é através de mudança de regime, por meio da remoção do líder. Como fazer isso em muitos países da África? Uma vez que tem sido impossível através das eleições. Os dados de Afrobarometer (2021) apontam que, em 34 países na da África subsaariana, cerca de 75% dos cidadãos acredita na importância e o papel das eleições enquanto ato de exercício da soberania popular e mecanismo para escolher e retirar governantes do poder, no entanto, a crença na integridade eleitoral é de apenas 42%.

Daí a necessidade de analisar com cuidado as ondas recentes de golpe numa perspectiva que pode se configurar também como mecanismo de “salvação da democracia” fato que já aconteceu até nas democracias centenárias.

Jonathan Powell; Mwita Chacha; Gary Smith (2019) argumentam que a intervenção militar na política pode condicionar a transição democrática em regimes autoritários, como visto no golpe de Estado de 25 de abril de 1974 em Portugal, que resultou no colapso do regime ditatorial de Salazar (Revolução de Cravos) e permitiu a transição democrática. O caso mais recente aconteceu em Zimbábue (em 2017), o golpe contra Robert Mugabe. Ou seja, a interferência militar por meio de golpes de Estado pode servir como estratégia para proteger os interesses nacionais contra ações de governantes corruptos e exploração estrangeira.

Schumpeter (1942), Adam Przeworski (2018) e outros teóricos da democracia enaltecem o papel crucial que as eleições têm na manutenção da democracia. Visto que permite aos cidadãos eleitores escolher governantes que querem e retirá-los do poder quando não os querem mais, por meio de voto. E, principalmente quando a eleição serve, e deve servir, como meio de resolver conflitos de diversas ordens num clima de paz social.

Nesta ótica, SVOLIK (2019) advertiu que, em uma eleição, o que está em jogo não deve ser tão grande a ponto de o perdedor sentir que perdeu tudo, e quem está no poder não deve dificultar a vida da oposição ou diminuir a chance de esta ocupar o cargo num futuro próximo. Quando essas condições não existem, a única saída pode ser por meios não democráticos e inconstitucionais. Estudos de NWOLISE (2007), GIBSON; LONG (2015), e FJELDE; HOGLUND (2016) mostram que uma característica comum dos recentes golpes é que os presidentes depostos não criaram condições para que o jogo fosse limpo, ou seja, não permitiram que fossem derrotados eleitoralmente. Outro elemento comum constatado nesses contextos é o uso constante da violência eleitoral.

Uma pesquisa do Afrobarometer (2021) sobre a confiança dos cidadãos quanto à transparência e integridade dos processos eleitorais em África, mostrou que os partidos e líderes da oposição não têm liberdade, sendo geralmente perseguidos e coagidos pelos incumbentes, o que reduz suas chances de chegar ao poder. As eleições são frequentemente fraudadas, ou até mesmo roubadas, pelos governantes no poder. No caso do Gabão, por exemplo, cerca de 68% dos cidadãos afirmam que a contagem dos votos nunca ou raramente é justa.

Quando um líder, família ou partido político não é retirado do poder por meio das eleições, há mais de meio século, mesmo com altos índices de reprovação popular, como no Gabão, o processo eleitoral deve ser colocado em xeque. Se as eleições não cumprem mais esse papel de resolução de conflitos sociais e políticos em uma sociedade, é porque alguns elementos que antecedem a eleição, enquanto produto final, não estão sendo respeitados: Estado

de direito, respeito e garantia das liberdades civis e direitos políticos dos cidadãos, maior participação e inclusão (PRZEWORSKI, 2020).

Os incumbentes têm se aproveitado da máquina estatal para cercear os espaços de debate da oposição, recorrendo, em alguns casos, a meios inconstitucionais e violentos. Temos assistido a uma perseguição recorrente dos opositores, restrição de liberdades civis, indícios de fraudes eleitorais e, como resposta, há golpes de Estado frequentes, nos quais os militares normalmente removem o presidente e conduzem o processo de transição, devolvendo ou não o poder aos civis a curto ou longo prazo. Não se deve assumir, no entanto, que os golpistas sempre aspiram à democracia por derrubarem um presidente ditador. A história nos mostra que, em muitos casos, os perpetradores de golpes administram mal o país, e seus regimes são frequentemente antidemocráticos e, em geral, altamente repressivos.

O problema da estagnação, retrocesso ou lento progresso para democracia liberal no continente africano e os seus desafios futuros, salvo, algumas pouquíssimas exceções, está centralizado na personificação e partidarização das instituições do Estado. Essa questão foi muito bem captada por McFAUL (2002), quando salienta que líderes políticos no poder, sobretudo os presidentes, cooptam o legislativo, judiciário e até a imprensa, resultando na disfuncionalidade e personificação das instituições e instâncias que deveriam ser independentes e impessoais.

Em sua reflexão sobre as possíveis soluções para o impasse governativo e democrático em África, SUMA (2022) destaca a importância do uso de *powersharing*. Um mecanismo constitucional de compartilhamento de poderes entre diferentes atores e grupos políticos rivais nas sociedades pluriculturais. *Powersharing* pode contribuir significativamente para o avanço da consolidação democrática em contextos pós-guerra e em sociedades com grande diversidade sociocultural. Ao criar condições para a estabilidade política e governativa, *powersharing* desempenha um papel crucial na inibição de conflitos de interesse e desencoraja golpes de Estado.

3 A Segunda onda da descolonização

Neste texto, a expressão segunda onda da descolonização ou desfrancização de Estados africanos, é entendida como um movimento em direção ao fim da subserviência dos mesmos para com a França e à orientação das suas estratégias de cooperação. O escopo temporal e histórico da primeira onda da descolonização abrange a segunda metade do século 20 com as lutas de independência das ex-colônias francesas e terminou entre os anos de 1960 até 1970 com independência de praticamente todos países então colônias francesas na África.

No contexto africano, a relação entre política e o militarismo remonta a formação dos Estados. Em países que conquistaram a independência por meio de lutas armadas contra o domínio colonial, a força militar utilizada na guerra não se separou muito do aparato político e administrativo do Estado após a independência. Em países que alcançaram a independência por meio de negociações pacíficas e acordos, a intervenção militar na política emergiu no contexto de instabilidades políticas, guerras civis e outros conflitos sociais que ocorreram depois da independência.

O envolvimento dos militares na política tem dividido opiniões dentro da sociedade civil, da classe política, e acadêmica. Claude Ake (2000) e Tatah Mentan (2007), por exemplo, veem o militarismo como um fardo para o desenvolvimento e a democracia. Eles argumentam que a parcela do orçamento destinada aos militares é exorbitante e contraproducente, considerando a pouca produtividade da classe castrense e os efeitos dos gastos a ela destinada em setores-chave da sociedade como educação e saúde. Esse entendimento contrasta a visão de Jonatthan Powell e Mwitia Chacha e Gary Smith (2019) que acreditam que, em certos casos, a intervenção dos militares na política pode ser um passo crucial para a transição democrática em regimes autoritários.

O envolvimento da classe castrense na política em África tem sido caracterizado por uma variedade de dinâmicas, sendo o golpe de Estado uma das mais proeminentes. Segundo CORDEIRO (2009), este fenômeno pode ser explicado pela militarização da segurança pública e pela atribuição excessiva de prerrogativas às

forças armadas, o que frequentemente resulta no abuso de autoridade e na interferência na política.

O debate sobre golpe de Estado, originalmente conceituado em francês *a coup d'état* citado por Powell and Thyne (2011, p.249), Welch (1970, p.1) salienta que: "*a coup d'état is a sharp, clear event, easy to date and (if successful) possible to document*". Pesquisadores posteriores têm discordado sobre o que constituiria *coup d'état*, divergências entre vários autores proeminentes nesta temática. Vários autores se debruçaram sobre diferentes acontecimentos, analisando períodos de tempos diferentes, cobrindo um horizonte temporal que vai desde pós Segunda Guerra Mundial até primeira década do século atual, apresentam três elementos comuns que, a priori, devem servir de base para definir um *coup d'état* são eles: *target, perpetrator and tacticts* (alvo, perpetradores e táticas).

As divergências entre os autores, incidem sobre o que deve caracterizar cada um dos três aspectos mencionados. Alguns definem como alvo o chefe do executivo, Taylor e Jodice (1983). Por outro lado, Thompson (1973) considera diferentes perpetradores, incluindo militares, milícias, facções e partidos. Já Belkin e Schofer (2005) concordam com a definição do alvo de Taylor e Jodice, definem como perpetradores os militares, mas deixam em aberto a tática, que pode ser qualquer. Em contraste, Kennedy (1974) não define quem pode ser o alvo, concorda com o resto e define como táticas: uso ou ameaça de uso de forças armadas, violência física.

Ficamos com a posição conciliadora de Powell e Thyne (2011), para eles, os alvos de um golpe de Estado incluem geralmente os chefes do executivo, as autoridades executivas ou a elite política de um país. Os perpetradores são geralmente as forças armadas, militares ou policiais, que são os principais agentes envolvidos na execução do golpe. As táticas utilizadas neste contexto incluem frequentemente métodos ilegais, ameaças, o recurso à violência física, à força física direta e à coerção institucional para atingir os seus objetivos políticos. O ponto principal da divergência entre autores, de acordo com esta literatura, é os perpetradores.

Por conseguinte, um golpe de Estado é entendido como a tomada do poder por outros meios que não uma eleição, principalmente, a tomada de poder pelos militares. Embora a decisão final sobre

o êxito de um golpe de Estado dependa das ações dos militares, os civis podem influenciar o golpe, atuando como facilitadores, apoiantes financeiros ou líderes intelectuais durante os golpes de Estado (POWELL; THYNE, 2011).

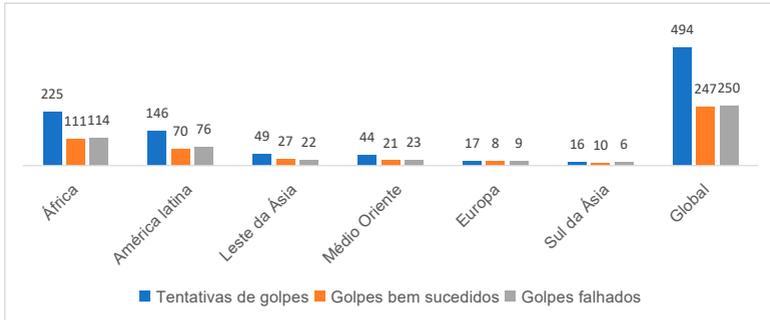
Os dados recentes apontam para o declínio dos golpes nas duas últimas décadas, houve uma média de um (1) golpe bem-sucedido por ano no continente africano, de acordo com levantamentos dos autores Powell e Thyne (2011), cujo dados atualizados por DUZOR; WILLIAMSON (2023). Constatam que as preocupações recentes são concernentes a um possível retrocesso no processo de consolidação da democracia que vem ocorrendo em vários países do que ocorrência de golpe. Por outro lado, a pressão da comunidade internacional por meio de sanções tem influenciado a redução de golpes de Estado.

De acordo com Duzor; Williamson (2023), dos quatrocentos e oitenta e seis (486) golpes e tentativas de golpe de Estado bem-sucedidos que aconteceram no mundo desde 1950, duzentos e dez (210) aconteceram no continente africano e metade deles foi bem-sucedida, cento e seis (106). Uma das características comum entre os países em que mais aconteceram golpes de Estado é a pobreza (baixo PIB) (POWELL; THYNE, 2011 *apud* DUZOR; WILLIAMSON, 2023).

No contexto do Sahel, características comuns incluem a insurgência de grupos terroristas em alguns países, a falta de legitimidade popular dos governantes devido à má governança, a insatisfação com a interferência da França, desigualdade social, fome, falta de educação e saúde de qualidade, além do déficit de saneamento básico e energia elétrica. Esses fatores combinados tornam a região vulnerável a golpes de Estado³.

3 Em 2017, por iniciativa da França, em colaboração de Alemanha, União Europeia e endosso do governo dos Estados Unidos de América, criou-se *Sahel Alliance*, (G5 Sahel - Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger - países antigas colônias francesas) visando criação efetivo de mecanismos de coordenação e instituições fortes para combater instabilidade política e lutar contra o terrorismo naquela região.

Gráfico 1 – A ocorrência de golpes de Estado no mundo de 1950 a 2023

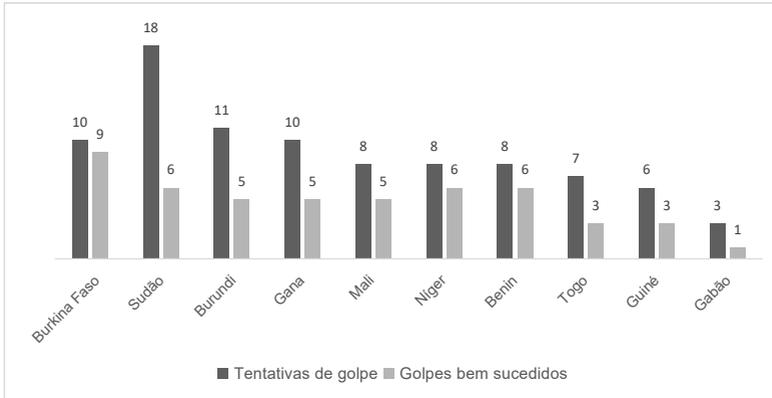


Fonte: Powell; Thyne, (2011 apud Duzor; Williamson, 2023). Autor: Elaboração própria.

De 1950 a 2023, a África testemunhou duzentas e quinze (225) tentativas de golpe, com cento e onze (111) golpes bem-sucedidos e outros cento e quatorze (114) golpes fracassados. Esses números destacam o continente africano como a região com o maior número de casos de golpes no mundo, seguido pela América Latina e Ásia Oriental (POWELL; THYNE, 2011). Para lidar com esses casos recorrentes, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) adotou o Protocolo Adicional A/SP1/12/01 sobre Democracia e Boa Governança.

Essa iniciativa foi abraçada e expandida pela União Africana (UA), que criou a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (ACDEG) em janeiro de 2007. Em decorrência disso, houve uma redução relativa dos golpes de Estado entre 2001 a 2018. No entanto, essa situação mudou significativamente desde 2020, com o ressurgimento de golpes de Estado ocorridos em Mali (2020), Sudão (2021), Guiné (2021), Burkina Faso (2022) e, mais recentemente, Níger (2023) e Gabão (2023).

Gráfico 2 – dez países com maior ocorrência de golpes na África (1950-2022)



Fonte: Fonte: Powell; Thyne, (2011 *apud* Duzor; Williamson, 2023). Autor: Elaboração própria.

Enquanto a maioria dos países africanos já não considera golpes de Estado uma ameaça significativa, a região do Sahel continua a enfrentar casos recorrentes. Nos últimos três anos, houve golpes de Estado em quatro países dessa região: Mali (2020), Sudão (2021), Burkina Faso (2022) e Níger (2023). Excetuando o Sudão, os países do Sahel onde ocorreram golpes de Estado possuem algumas características em comum, influenciadas por fatores históricos, políticos e geográficos. Todos estão localizados na África Ocidental, representada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e são ex-colônias francesas. Desde 2008, todos esses países registraram mais de uma tentativa e/ou mudança inconstitucional de poder. Além disso, enfrentam desafios significativos relacionados ao fundamentalismo religioso e ao terrorismo (DUZOR; WILLIAMSON, 2023).

São também países que ainda mantêm fortes laços de subserviência para com o Estado Francês, vide a moeda (CFA) utilizada nestes países⁴, presença de longa data das empresas francesas de

4 Conhecido popularmente como o franco das colônias francesas de África. Com sigla original em francês CFA (*Communauté Financière Africaine*). Sob mando do Estado colonial francês, esta moeda foi criada em 1945 cujo 50% das reservas destes países é controlado pelo Tesouro francês.

exploração mineira. No período em que ocorreram esses golpes, a França tinha presença militar significativa no Mali, Burkina Faso, e uma base militar no Níger com mais de mil soldados franceses.

4 Outras interpretações do golpe de Estado

Tal como outras formas de conflito, a compreensão da reemergência de golpes de Estado em África requer uma abordagem cuidadosa, um exercício analítico que deve, necessariamente, considerar as variáveis internas e externas, fatores endógenos e exógenos. O apoio popular aos militares que tomam o poder por meio de golpes de Estado em contextos formalmente democráticos, o uso da política de dois pesos e duas medidas pelas principais potências mundiais como França e EUA, e pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) perante os golpes de Estado, convidam-nos a transcender a interpretação dominante na análise dos golpes de Estado.

Com a interpretação dominante, referimo-nos às análises que se concentram apenas na tomada inconstitucional do poder pelos militares e que encaram golpes de Estado como atos egoístas e autoritarismo militar. Essas análises evitam, quase sempre, discutir os golpes constitucionais cometidos pelos líderes depostos, o cerceamento de espaços de diálogo, a recorrente violação de direitos de participação democrática, e o apoio popular aos golpistas em vários contextos.

Defendemos uma reorientação na análise dos golpes de Estado em África. Primeiramente, os golpes de Estado não acontecem no vácuo; são manifestações que emergem em contextos políticos, sociais, econômicos e geopolíticos específicos. Em segundo lugar, deve-se reagir com contundência e firmeza contra o autoritarismo e qualquer forma de usurpação de poder, pois eles têm sido um dos impulsionadores dos golpes militares. Em terceiro lugar, o ressurgimento de golpes de Estado em África não é uma mera manifestação de interesses egoístas dos militares; deve-se considerar outros possíveis fatores determinantes do seu ressurgimento, incluindo a busca por justiça social, a proteção dos interesses nacionais contra o domínio estrangeiro, a luta contra o neocolonialismo e

o combate à corrupção e ao autoritarismo dos líderes eleitos. Há uma vasta cifra de interesses, atores e circunstâncias que determinam os golpes de Estado. Não levar em conta esses fatores e, limitar-nos apenas à dimensão não eleitoral de tomada de poder, pode comprometer a nossa compreensão e interpretação desse fenômeno.

Nesta senda, pode-se interpretar golpe de Estado como ato de justiça social, haja vista um contexto marcado pela violência política e insensibilidade da classe governante, o golpe de Estado é visto, por muitos autores, como uma estratégia de resgate do poder popular e de busca pela justiça social. Nadine Olafsson (2020) reitera que, embora existam golpes cujas motivações estejam ancoradas em pressupostos egoístas, também há golpes de Estado com motivações altruístas, desencadeados não apenas para tomar o poder, mas para estabelecer justiça social. No entanto, para que um golpe seja considerado um ato de justiça, certas condições devem ser identificadas no período pós-golpe tais como: devolução do poder aos civis, redistribuição de poder, apoio popular, melhoria das condições de vida das classes marginalizadas e ação em prol dos interesses republicanos.

Esses elementos são necessários para evitar a dissociação entre discurso e prática, pois nem sempre os motivos invocados para o golpe são genuínos e realistas. A título de exemplo, podemos citar os casos do golpe de Mussa Dadis Camara na Guiné e do golpe de Estado de 2012 na Guiné-Bissau, em ambos os casos os golpistas justificaram suas ações com motivos relacionados à manutenção da soberania nacional e ao estabelecimento de justiça social, o que era, em certa medida, necessário. Porém, o período pós-golpe foi marcado pela apropriação das instituições do Estado, agravamento das desigualdades sociais e apropriação indevida dos recursos do Estado pelos golpistas e seus aliados.

No século passado, líderes como Muammar Gaddafi, Thomas Sankara e Jerry Rawlings protagonizaram golpes na Líbia, Burkina Faso e Gana, respectivamente. Mas, ao contrário dos casos mencionados anteriormente, o período posterior a esses golpes foi marcado pela adoção de políticas públicas e programas que

buscavam promover justiça social, controlar a corrupção e defender os interesses do Estado em detrimento dos da elite governante.

Sob o reinado do rei Idris I, apoiado pelo Reino Unido e endossado pelas Nações Unidas, a Líbia permaneceu subdesenvolvida em educação, saúde, habitação e segurança social. Em 1969, o coronel Muammar al-Gaddafi e um grupo de oficiais derrubaram a dinastia Senussi, proclamando verdadeira independência e removendo influências estrangeiras. Programas sociais foram lançados na educação, saúde, habitação, obras públicas e subsídios para necessidades básicas (TELESUR, 2020). Esses esforços transformaram a Líbia de um dos países mais pobres da África para líder no Índice de Desenvolvimento Humano do continente até 2011, com altas taxas de alfabetização, aumento da expectativa de vida e igualdade de gênero. As mulheres, em particular, se beneficiaram tornando-se ministras, embaixadoras, pilotos, juízas e médicas. O governo recebeu amplo apoio das classes mais baixas e médias (MAMDANI, 2011).

Na Burkina Faso, Thomas Sankara liderou em 4 de agosto de 1983, uma revolta popular no país da antiga República de Alta Volta, na África Ocidental. Inspirado pelas utopias sociais da década de 1960, Patrice Lumumba e Che Guevara, Sankara tinha uma profunda paixão pela justiça social. Entre 1983 e 1987, implementou reformas agrícolas e fundiárias, reflorestamento para deter o avanço do deserto e prevenir a fome, e prioridade para educação e cuidados de saúde. Ele reformou a administração pública, lutou contra a corrupção, reduziu os gastos do Estado, limitou os poderes das autoridades tradicionais e defendeu a emancipação das mulheres (ZIEGLER, 2014).

Após o seu assassinato em 15 de agosto de 1987, milhares de burquinabes expressaram um profundo apego emocional ao Sankara. Nos dias que se seguiram, eles caminharam até o cemitério de Dagnoen para prestar suas homenagens em seu túmulo. Além de flores e lágrimas, foram deixadas mensagens escritas à mão em seu túmulo, incluindo as seguintes: "Viva o presidente dos pobres." "Os invejosos, sedentos por poder e traidores te assassinaram." "Mãe Sankara, seu filho será vingado. Somos

todos Sankara.” “É possível te esquecer?” “Um herói nunca morre”, (HARSCH, 2014).

Estas mensagens refletem a importância do regime de Thomas Sankara na promoção da justiça social. O seu compromisso em representar os interesses dos mais pobres, combater a corrupção e as desigualdades, comprova, em certa medida, a reverência que o povo burquinabê tem por ele como um líder carismático e visionário.

Por outro lado, pode-se conceber golpe de Estado como ato de resgate da soberania nacional e de combate à dominação estrangeira. Para compreensão desta acepção do golpe, é necessário revisitar a história da descolonização dos países africanos e sua relação com as antigas potências colonizadoras. Diferentemente das colônias portuguesas, que se tornaram independentes, na sua maioria, por via da luta armada entre 1973 e 1975, as colônias britânicas e francesas da África Ocidental já haviam conquistado sua independência em 1965 através de negociações entre os movimentos independentistas e os regimes coloniais. No entanto, essa independência não resultou em um completo desligamento do antigo colonizador e na cessação total das relações de dominação. Por esse motivo, o ganês Kwame Nkrumah (1965) a chamou de “independência de bandeira”.

No âmbito da colonização francesa, a negociação de descolonização foi marcada pela assinatura de um pacto entre a França e suas ex-colônias.⁵ Esse pacto incluía diversas disposições, tais como o acesso privilegiado da França aos recursos naturais desses países, o controle da política monetária por meio do uso do franco CFA, a obrigação de apoiar a França em casos de crise global e a priorização dos interesses e empresas francesas em processos de licitação. Esse pacto é definido como neocolonial e tem recebido críticas da população, da comunidade acadêmica e dos militares das antigas colônias francesas na África.

Nas antigas colônias francesas, muitos regimes que chegaram ao poder por meio de golpes militares justificam suas ações

5 Os 11 acordos colonial entre França e ex colônias, quando das independências desde 1960.

invocando o combate ao neocolonialismo francês. Essa alegação tem sido bem recebida pela população que apoia os golpistas, manifesta contra a presença e influência da França no país, ao mesmo tempo em que demonstra simpatia em relação à Rússia.⁶ Conforme surveys do *Afrobarometer* (2021-2022), entre a população adulta em 28 países africanos (principalmente os países do Sahel), cerca de 53% apoia a intervenção militar na política e 56% tolera golpes de Estado sobre governantes eleitos democraticamente, mas que abusam do poder.

Mali, Burkina Faso, Níger e Congo estão enfrentando situações de conflito, sendo que os dois primeiros estão relacionados a movimentos fundamentalistas e terroristas, e o último está ligado a um conflito separatista e à exploração ilegal de recursos naturais. Por meio de projetos de cooperação militar, a França estabeleceu bases militares e enviou soldados para prevenir e combater esses movimentos. No entanto, a eficiência e a eficácia da contribuição da França têm sido questionadas. Choguel Maïga, primeiro-ministro do Mali, acusou a França de proteger apenas os interesses franceses nesses países e de, ao mesmo tempo, agravar a situação de caos para justificar sua permanência. Em um briefing do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Mali em Nova York, em 2022, o ministro de Relações Exteriores de Mali, Abdoulaye Diop, acusou a França de violar o espaço aéreo maliano, cometer atos de espionagem e desestabilização no país.

Os regimes militares do Mali, Burkina Faso e Níger denunciaram a França de ter um desejo insaciável em manter relações coloniais com seus países e de ser cúmplice dos problemas enfrentados. Sob liderança de Mamadu Goitá, o regime militar no Mali adotou uma série de medidas visando restringir a influência francesa no país, incluindo a revogação do pacto de independência, a retirada do francês como língua oficial e o pedido de retirada das tropas francesas do Mali. Na Burkina Faso, Mamadou Traoré adotou uma postura semelhante em relação à língua, promovendo o uso de línguas locais como línguas de ensino, e também exigiu a retirada das tropas francesas do país.

6 Vide reportagem: ISSOUFOU; OCHIENG, 2023.

Enquanto a França condena veementemente os golpes no Burkina Faso (em 2022), Mali (2020) e Níger (2023), a mesma teve uma condenação tímida e uma reaproximação urgente com os golpistas no Chade, Guiné Conacri e Gabão. Essa incoerência prática e discursiva da França diante da mesma situação (golpe de Estado) aumenta a credibilidade da alegação de caráter anti-neocolonial dos golpes de Estado no Mali, Burkina Faso e Níger. Deste modo, estes golpes, principalmente os que aconteceram no Níger e Gabão em 2023, apresentam um caráter eminentemente anticolonialista, contra interferência francesa⁷ nos seus assuntos internos e exploração dos recursos naturais.

De acordo com o Artigo 9 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961)⁸, o Estado receptor tem o direito de declarar o chefe da missão ou qualquer membro da equipe diplomática como *persona non grata*, sem fornecer uma explicação para sua decisão. Da mesma forma, o Estado receptor também pode declarar outros membros da equipe da missão como “não aceitáveis”. Isso significa que o Estado receptor pode recusar aceitar ou reconhecer a nomeação ou presença desses indivíduos em seu território. Se tal declaração for feita, espera-se que o Estado reme-tente tome as medidas apropriadas.

Isto posto, qual é a fundamentação para a recusa, nos primeiros momentos, do embaixador da França em deixar o Níger, mesmo após ter sido declarado *persona non grata*? Com quem ou o que a França está preocupada para não querer sair do Níger? O posicionamento da França, em algumas situações, mostra que ela não reconhece genuinamente a soberania desses países, sendo, por isso, impossível os dar um tratamento normal, de Estado para Estado.

O Golpe de Estado pode, em algumas circunstâncias, ser interpretado como ato de combate à corrupção, personificação do Estado e má governança. Como sistema político, a democracia

7 Nos golpes recentes, principalmente em Mali, Níger, Guiné e Gabão, o sentimento anti França ficou evidente, manifestantes clamam por fim da prática neocolonial francesa nestes países, celebram expulsão dos diplomatas franceses no país, os golpistas unanimemente citam estes golpes como nova fase de descolonização. Vide a reportagem da Al Jazeera (2022).

8 A Convenção de Viena é um tratado internacional adotado em maio de 1961, que estabelece regras e princípios do direito dos tratados.

transcende a realização de eleições regulares, ela requer o respeito aos princípios constitucionais e o compromisso com a autonomia das instituições democráticas. Infelizmente, em muitos casos, líderes democraticamente eleitos acabam se apropriando das instituições do Estado, determinado, arbitrariamente, decisões e ações. Quando as instituições do Estado são personificadas, perdem sua autonomia, tornando-se difícil, senão impossível, controlar ou frear ações inconstitucionais do autocrata no poder. Nesse contexto, o golpe de Estado surge como única opção para despersonalizar as instituições do Estado e interromper a apropriação do Estado e de seus recursos por um grupo restrito de pessoas.

Em julho de 2000, os chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) reuniram-se em Lomé, Togo, para discutir e adotar uma resposta às mudanças inconstitucionais de governo que estavam ressurgindo em África. Dessa reunião, surgiu a “Declaração sobre o Quadro de Resposta da OUA às Mudanças Inconstitucionais de Governo”, um quadro legal da União Africana para abordar essas questões. Esse quadro define valores e princípios comuns para a governança democrática, especifica o que constitui uma mudança inconstitucional, estabelece medidas e ações para responder a tais mudanças e inclui um mecanismo de implementação.

Para dar efeito prático aos princípios da “Declaração sobre o Quadro de Resposta da OUA às Mudanças Inconstitucionais de Governo”, os Chefes de Estado e de Governo concordaram em tipificar as seguintes situações como mudança inconstitucional de governo: i) golpe de Estado militar contra um governo democraticamente eleito; ii) intervenção de mercenários para substituir um governo democraticamente eleito; iii) substituição de governos democraticamente eleitos por grupos dissidentes armados e movimentos rebeldes; iv) recusa de um governo incumbente em ceder o poder ao partido vencedor após eleições livres, justas e regulares.

No entanto, o foco atual na condenação de golpes de Estado militares contra governos democraticamente eleitos é, como salientam HANDY; AKUM (2020), uma abordagem simplista para lidar com as crises de governança em África. A ênfase na proteção de governos democraticamente eleitos e o silêncio em relação aos

casos de recusa de um governo incumbente em ceder o poder ao partido vencedor das eleições livres, justas e regulares, reflete o contexto e o espírito da Declaração de Lomé. Esta declaração visa principalmente assegurar a autoridade das instituições políticas civis contra o autoritarismo das intervenções militares da época.

No entanto, desde o ano 2000, o debate sobre democracia e governança em África avançou para outras dimensões como: qualidade dos processos eleitorais, a importância dos limites de mandato, bem como a legitimidade, o desempenho e a responsabilidade na governança política e econômica. O descontentamento social, frequentemente expresso por meio de protestos, tem sido enfrentado com diferentes graus de repressão e perseguição (HANDY; AKUM, 2020).

Em 2014, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA) observou que as mudanças inconstitucionais de governo são originadas por deficiências na governança, que incluem ganância, egoísmo, má gestão da diversidade, incapacidade de aproveitar oportunidades, marginalização, violações dos direitos humanos, não aceitação da derrota eleitoral, manipulação inconstitucional das Constituições para servir interesses estreitos e corrupção (HANDY; AKUM, 2020).

Observamos que existe uma correlação entre a má governança e a ocorrência de golpes de Estado em África. Entre os anos de 2012 e 2019, verificou-se que os indicadores de governança, incluindo transparência e accountability, infraestrutura, inclusão e equidade, saúde, educação e participação, foram consistentemente baixos em comparação com a média africana em países como Burkina Faso, Sudão, Níger, Gabão, Guiné e Mali (MOH IBRAHIM, 2024). Perante o exposto, é necessário ir além da simples condenação dos golpes de Estado e abordar a democracia em África de forma mais abrangente, refletindo sobre questões fundamentais, como a qualidade e integridade dos processos eleitorais, a prestação de contas dos governantes, a transparência na gestão pública, a promoção dos direitos humanos e o combate à corrupção.

Nos últimos casos, os golpistas citam a situação econômica calamitosa vivida e denunciada pela vasta maioria da população devido à corrupção, alto custo de vida, inflação, desemprego, em

contraposição, a uma elite política que vive uma vida luxuosa. De lembrar que na Revolução francesa (1789 - 1799), um dos fatores que mais enfureceu a população, era a vida luxuosa que a rainha Maria Antonieta levava enquanto a totalidade da população não tinha nem pão para comer.

Por fim, golpe de Estado pode ser interpretado também como ato de blindagem do mandato e manutenção de interesses. Cientes da perda do apoio popular, da dificuldade em vencer as eleições e do risco de sofrerem um golpe militar ou lidarem com processos judiciais após mandato, alguns governantes e seus parceiros fazem uma espécie de autogolpe para se manterem no poder e justificar a reorganização da estrutura militar de forma que os favorecem e protegem.

Em fevereiro de 2022, ocorreu uma “tentativa de golpe de Estado” em Guiné-Bissau, com o objetivo de assassinar o Presidente Umaro Cissoco Embaló e alguns membros do governo. Houve um confronto e troca de tiros durante três horas entre a guarda presidencial e os supostos golpistas. Durante a “tentativa de golpe de Estado”, o Presidente da República, o Primeiro-ministro e outros membros do governo estavam reunidos no palácio do governo para uma reunião do Conselho de ministros. (AFRICA NEWS, 2023).

Em uma entrevista concedida à CNN após a “tentativa de golpe”, o Presidente da República, Umaro Cissoco Embaló, afirmou o seguinte: “Duas das minhas promessas quando fui eleito foram combater a corrupção e o tráfico de drogas. Este golpe está ligado a isso, eu sabia o preço a pagar por essa escolha, mas a luta continua”. O presidente da República falou sobre o envolvimento de alguns militares, que foram posteriormente presos em suas residências e conduzidos para a cadeia. No entanto, os militares presos e políticos que o Presidente afirma terem envolvidos nunca foram julgados.

Perante o exposto, colocam-se as seguintes questões: por que tudo ficou apenas em acusações se existem provas? Quem são os atores morais aos quais o Presidente sempre alude? Há uma base militar muito próxima do Palácio do governo, por que não houve intervenção e reforço para proteger o presidente em situação de perigo? Por que o comandante e os militares dessa base

não foram responsabilizados após o ocorrido? Tudo o que se sabe é que depois desse episódio, o Presidente Umaro Cissoco Embaló aproveitou a ocasião para solicitar a vinda de uma força militar da CEDEAO, reestruturar a guarda presidencial e prender algumas individualidades.

Recentemente, ocorreu um golpe de Estado no Gabão que destituiu o Presidente Ali Bongo, colocando o general Brice Oligui Nguema, primo de Ali Bongo, no poder. Nguema argumenta que o golpe se deve à manipulação dos resultados eleitorais ocorridos em 26 de agosto, nos quais Ali Bongo foi declarado vencedor com 64,27% dos votos. (AFRICA NEWS, 2023). Se o golpe se deve à falsificação de resultados eleitorais, por que os militares não entregaram o poder ao verdadeiro vencedor?

Não seria uma estratégia para a continuidade da família Bongo no poder? Quem são os interessados nesse golpe? Por que, ao contrário do Níger, o embaixador da França reconheceu e visitou os golpistas em menos de duas semanas? Não obstante a encenação do ex-presidente Ali Bongo e a tímida condenação da França, deixa claro que esse golpe não visava estabelecer a justiça social, resgatar a soberania das instituições ou combater lógicas neocoloniais. É notório que tudo não passa de uma estratégia de blindagem da elite no poder para contornar a perda de popularidade e proteger seus interesses políticos e de parceiros.

5 Conclusão

Concluimos que os recentes golpes na região mais instável do continente africano (Sahel), possuem um caráter anticolonial que questiona a presença e a interferência constante do Estado francês nos países daquela região. Essa interferência ocorre tanto em termos políticos, utilizando líderes antidemocráticos como marionetes para obter vantagens econômicas e geopolíticas, quanto por meio da presença militar e das suas empresas multinacionais, especialmente petrolíferas. Deste modo, o insucesso dos Presidentes depostos no combate ao terrorismo, má governança e a corrupção, bem como a insatisfação e o ressentimento popular com a presença e a interferência constante da França, constituem

as causas principais para ascensão dos militares ao poder no Mali, Burkina Faso e Níger. Argumentamos que esses golpes criam dois cenários possíveis: uma oportunidade para conquista da soberania nacional e redemocratização em tais países ou um quadro favorável ao retrocesso rumo a regimes autoritários, com a permanência dos militares no poder.

REFERÊNCIAS

AFRICA NEWS. **Gabon's Ali Bongo Odimba re-elected with 64.27% of the vote.** 2023. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2023/08/30/gabons-ali-bongo-odimba-re-elected-with-6427-of-the-vote/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

AFRICA NEWS. **Guinea-Bissau:** President Embaló visits scene of the attempted coup on him. 2022. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2022/02/03/guinea-bissau-president-embalo-visits-the-scene-of-the-attempted-coup-on-him/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

AFRICA NEWS. **Normality returns to Guinea-Bissau after failed coup attempt.** 2022. <<https://www.africanews.com/2022/02/02/normality-returns-to-guinea-bissau-after-failed-coup-attempt/>>. Acesso em: 16 out. 2023.

AKINDÈS, Francis. **Les mirages de la démocratie en Afrique subsaharienne francophone.** Série de Livres du CODESRIA. Dakar: CODESRIA, 246 p., 1996.

AKINOLA, Adeoye O.; MAKOMBE, Ratidzo. Rethinking the Resurgence of Military Coups in Africa. **Journal of Asian and African Studies.** 1–17. 2024. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/00219096231224680>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

AL JAZEERA. **Thousands in Mali celebrate expulsion of French ambassador.** Al Jazeera, 5 fev 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/2/5/thousands-in-mali-celebrate-expulsion-of-french-ambassador>>. Acesso em 5 fev. 2023.

BRITANNICA. **Sahel region, Africa.** 2024. Disponível em: <<https://shorturl.at/sTFIW>>. Acesso em 12 jun. 2024.

BRITANNICA. **The Editors of Encyclopaedia. "Sahel".** Encyclopedia Britannica, 27 jul. 2024. Disponível em: <<https://shorturl.at/sTFIW>>. Acesso em 15 jun. 2024.

CARDOSO, Carlos; MACAMO, Elísio; PESTANA, Nelson. **Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos.** Cadernos de Estudos Africanos, v. 3, 2002. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8665>>. Acesso em 30 set. 2016.

CAROTHERS, Thomas. The End of the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2012/02/Carothers-13-1.pdf>>. Acesso em: 04.03. 2024

CLAUDE, Ake. **The Feasibility of Democracy in Africa.** Dakar: CODESRIA Books Publication System, 2000.

CHESEMAM, Nic. **Democracy in Africa: Successes, failure and the struggle for political reform.** Cambridge University Press, 2015.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné-Bissau: Entre as Sombras do Militarismo e da Impunidade.** Universidade Federal de Pernambuco. Brasil, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/65072403-Guine-bissau-entre-as-sombras-do-militarismo-e-da-impunidade.html>> Acesso em: 4 jan. 2023.

DIAMOND, Larry. **The Meanings of Democracy: Introduction.** Johns Hopkins University Press. Journal of Democracy, v. 21, n. 4, p. 102-105, out. 2010.

DIAMOND, Larry. **Progress and Retreat in Africa: The Rule of Law versus the Big Man.** Journal of Democracy, v. 19, n. 2, p. 138-149, abr. 2008.

DIAMOND, Larry. **Elections Without Democracy: Thinking About Hybrid Regimes.** Journal of Democracy, v. 13, n. 2, p. 21-35, abr. 2002.

DIAMOND, Larry. **Is the third wave of democratization over? The Imperative of Consolidation.** University of Notre Dame, Kellogg Institute, Working Paper n. 237, 1997. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/236.pdf> Acesso em 13 nov. 2023.

DUZOR, Megan. WILLIAMSON, Brian. **Coups in Africa.** VOA News. Disponível em: < <https://projects.voanews.com/african-coups/>> Acesso: 15.01.2024

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, A. Ali. **Construção da nação e evolução das estruturas políticas.** In: MAZRUI, A. Ali.; WONDJI, C. (ed.) História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>> . Acesso em: 5 jan. 2024.

FJELDE, Hanne; HÖGLUND, Kristine. **Electoral Institutions and Electoral Violence in Sub-Saharan Africa.** British Journal of Political Science, v. 46, n. 2, p. 297-320, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0007123414000179>>. Acesso: 5 jan. 2023.

GIBSON, Clark C.; LONG, James D. **Evaluating the Roles of Ethnicity and Performance in African Elections:** Evidence from an Exit Poll in Kenya. *Political Research Quarterly*, v. 68, n. 4, p. 830–42, 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/24637819.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2022.

HANDY, Paul-Simon; AKUM, Fonteh. **Coups:** causes ou symptômes de la mauvaise gouvernance? Institut d'études de Sécurité, 2020.

HARSCH, Ernest. **Thomas Sankara: an African revolutionary.** Ohio University Press, 2014, p. 163.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave:** Democratization in the Late Twentieth Century. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

ISSOUFOU, T. I.; OCHIENG, B. **Niger coup:** Why some people want Russia in and France out. BBC World Service, Niamey & Nairobi, 31 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-66365376>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

KI-ZERBO, Joseph. **Construção da nação e evolução dos valores políticos.** In: História geral da África, VIII: África desde 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

KPUNDEH, Sahr (ed.). **Democratization in Africa:** African Views, African Voices. Washington, D.C.: National Academy Press, 1992.

LIPSET, S. M. **Some Social Requisites of Democracy:** Economic Development and Political Legitimacy. *American Political Science Review*, v. 53, mar. 1959.

MAMDANI, Mahmood. **Libya after the NATO invasion.** 2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2011/4/9/libya-after-the-nato-invasion>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MENTAN, Tatah. **Held Together by Pins:** Liberal Democracy Under Siege in Africa. *Africa World Press*, 307 p., 2007.

McFAUL, Michael. The Fourth Wave of Democracy and Dictatorship: Noncooperative Transitions in Postcommunist World. **World Politics**, v. 54, n. 2, jan. 2002.

NWOLISE, Osisioma B. C. Electoral Violence and the Nigeria's 2007 Elections. **Journal of African Elections**, v. 6, n. 2, p. 155-179, 2007. Disponível em: <<https://www.eisa.org/pdf/JAE6.2Nwolise.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2023.

POWELL, J; CHACHA, M.; SMITH, G. Failed coups, democratization, and authoritarian entrenchment: opening up or digging in? **African Affairs**, v. 118, n. 471, p. 238-258, abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/afraf/ady050>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

POWELL, Jonathan M; THYNE, Clayton L. Global instances of coups from 1950 to 2010: A new dataset. **Journal of Peace Research**, v. 48, n. 2., p. 249-259, 2011. Disponível em: <<https://www.uky.edu/~clthyn2/powell-thyne-JPR-2011.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

PRZEWORSKI, Adam. Who Decides What Is Democratic? **Journal of democracy**, v. 35, n. 3, jul. 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Why Bother With Elections?** Cambridge Polity Press, 2018.

PRZEWORSKI, Adam. Democracy and Economic Development. IN: MANSFIELD, Edward D.; SISSON, Richard (eds.) **The Evolution of Political Knowledge**. Columbus: Ohio State University Press, 2004, p. 300 -323.

RUSTOW, Dankwart A. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, p. 337-363, 1970.

SUMA, Nando Paulo. **Estabilidade democrática e governativa na África subsaariana: powersharing como alternativa, os casos de Guiné-Bissau e Nigéria**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2989/1/2022_arti_nandosuma.pdf> . Acesso em: 3 set. 2022.

SVOLIK, W. Milan. **Democracy as an equilibrium: rational choice and formal political theory in democratization research**. 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2018.1506768#abstract>>. Acesso: 07 jun. 2021.

TELESUR. LIBYA: **Before and after Muammar Gaddafi**, 2020. Disponível em: <<https://www.telesurenglish.net/analysis/Libya-Before-and-After-Muammar-Gaddafi-20200115-0011.html>>. Acesso em: 7 out. 2023.

TOLSTRUP, Jakob, BATURO, Alexander. Incumbent takeovers. **Journal of Peace Research**, v. 60, n. 2, p. 373-386, 2023. <<https://doi.org/10.1177/00223433221075183>> Acesso em 20 de abr. 2024.

WAMALA, Edward. **Governo por consenso: uma análise de uma forma tradicional de democracia**. 2004. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/edward_wamala_-_governo_por_consenso_uma_an%C3%A1lise_de_uma_forma_tradicional_de_democracia.pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

ZIEGLER, Jean. **Discours sur la dette: discours d'Addis-Abéba de Thomas Sankara présenté**. Series Quoi de Neuf. Bordeaux: Elytis, 2014.